

FRAGMENTOS DO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO ESTADO DO TOCANTINS

Adaires Rodrigues de **Sousa** – UFT

Resumo

A presente pesquisa nasce de uma preocupação em relação ao momento atual de planejamento da educação no Brasil, em decorrência da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), tendo como objetivo analisar como a política pública de planejamento da educação deflagrada pelo Ministério da Educação, em 2013, está sendo implementada em Municípios do Estado do Tocantins, especificamente, nos Pólos das Diretorias Regionais de Formação e Gestão de Colinas e Gurupi, nos processos de elaboração ou adequação dos planos municipais de educação (PMEs). A análise indica, de certa forma, a construção intencional dos objetivos da educação e, também, um processo de construção do conhecimento e aprendizagem para os sujeitos envolvidos. Contudo, a dinâmica de construção e os prazos estabelecidos convergem majoritariamente para planos que não representem a realidade local e que se pautem apenas pelo movimento de cumprir metas estabelecidas em âmbito federal.

Palavras-chave: Planejamento da educação municipal. Planos Municipais de Educação. Brasil-Tocantins.

FRAGMENTOS DO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO ESTADO DO TOCANTINS

Introdução

Neste texto, apresentam-se resultados parciais de pesquisa que nasce de uma preocupação em relação ao momento atual de planejamento da educação no Brasil, em decorrência da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), a qual determina o prazo de um ano para a elaboração de

planos municipais. Seu objetivo é analisar como a política pública, deflagrada pelo Ministério da Educação, em 2013, por meio da Secretaria de Apoio aos Sistemas de Ensino (SASE), está sendo implementada em Municípios do Estado do Tocantins, especificamente, nos municípios pertencentes às Diretorias Regionais de Formação e Gestão de Colinas e Gurupi, nos processos de elaboração ou adequação dos Planos Municipais de Educação (PMEs).

Torna-se pertinente para esta pesquisa o entendimento de que os PMEs aprovados em leis sejam intervenções textuais que, de certa maneira, estão providos de limitações e, também, de possibilidades, mas que de fato e verdadeiramente, são as ações a serem desencadeadas e vivenciadas na prática que apresentarão as consequências (MAINARDES, 2006).

Relacionado às intervenções textuais, o prazo de um ano para a elaboração de planos municipais, estabelecido no PNE, pode ser sinalizador de uma concepção de “sistema estático, autoritário ou de um sistema dinâmico e participativo” (GADOTTI, 1993, p. 3), pois, pode-se fundar o prazo e termos planos com fins em si mesmo, sem perspectivas de implementação e apenas como resposta a um ordenamento federal ou, então, termos planos com intervenções e decisões político-sociais (OLIVEIRA, 2006), iniciando um processo de gestão democrática por meio do planejamento, desencadeando formas de acompanhamento, fiscalização, financiamento e avaliação com a participação política e social.

Neste sentido, esta pesquisa é orientada por algumas questões básicas sendo: 1. Como os Municípios das Regionais de Colinas e Gurupi estão lidando com os prazos estabelecidos pelo PNE para a elaboração dos PMEs?; 2. Tendo o Projeto de Lei nº 8.035/2010 (BRASIL, 2010) sinalizado a necessidade e o prazo de elaboração dos PMEs, como compreender o fato de que ainda no mês de março de 2015, nove meses após a definição em Lei e a três meses do fim do prazo, temos 22 (vinte e dois) municípios, ou seja, 88% deles, ainda em construção de seus documentos bases?; 3. Essa ‘demora’ permite-nos caracterizar e entender o processo como espaço de fazerem-se planos para atender a normativas federais? de tentar controlar o futuro com o documento PME, com a ideia visionária de antever e organizar o futuro de maneira racional e previsível? a separação entre a elaboração e a implementação de políticas públicas? o forte papel governamental nas decisões do planejamento e com uma sequência linear de ações?; 4. Serão os PMEs dessas Regionais configurados como uma elaboração cartorial de planos, demonstrando valores e formas de gestão democrática

“amadora, doméstica e casual, por isto mesmo isenta de transparência pública” (SOUZA; DUARTE, 2014, p. 190)?

Metodologia

A pesquisa possui caráter teórico-empírico e analítico, com dados e informações coletados por meio de pesquisa bibliográfica (BOGDAN; BIKLEN, 1994) apreendendo o histórico do planejamento da educação no Brasil, em especial, no que diz respeito à atuação dos Municípios, desvelando concepções e conceitos de planejamento que têm sobressaído no campo da educação, com vistas a analisar o quadro em construção proposto pelo governo federal e o construído no Tocantins, especificamente nas regionais indicadas, em um “esforço suplementar de compreensão da situação atual.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 91) e, documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009; CELLARD, 2008), onde estão sendo coletadas todas as produções relacionadas aos PMEs emanadas do MEC, no âmbito do Estado do Tocantins e por Municípios envolvidos, empregando métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), favorecendo a observação de concepções e conceitos (CELLARD, 2008).

Apreendendo o planejamento da educação em uma perspectiva histórica, é possível afirmar, com apoio de Dourado (2007, p. 925), que a organização e a gestão da educação básica brasileira, tomada por sua trajetória histórica, “tem sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de estado em detrimento de políticas conjunturais de governo”.

Destaca-se, de acordo com Oliveira (2006, p. 284), que “o planejamento é um processo de decisão político que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente que sejam aceitáveis para toda a sociedade e principalmente para as partes envolvidas”

Resultados e Discussão

A política desencadeada pelo MEC, ainda no ano de 2013, por meio da SASE, para a elaboração ou adequação dos PMEs, apresenta, por meio do documento “O plano municipal de educação: caderno de orientações” (BRASIL, 2014b), uma série de etapas a serem seguidas por cada Município sendo: definir e distribuir responsabilidades;

elaborar o Documento-Base; promover um amplo debate [realizar uma consulta pública]; redigir o Projeto de Lei e acompanhar a tramitação na Câmara Municipal. No Estado do Tocantins, assim como em todo o país, a assistência técnica e a orientação às equipes municipais se dão por meio dos Avaliadores Educacionais (AEs), e a organização desses Avaliadores¹, em relação aos Municípios do Estado, se deu de acordo com a divisão das regionais que somam ao todo 13 (treze), dentre elas Colinas e Gurupi², que se constituem objeto nesta pesquisa.

Os relatórios construídos pelo AE Técnico responsável pelas Regionais citadas demonstram, dentre outros aspectos, que apenas três Municípios estão em processo de adequação de seus PMEs, fato que carece de investigação acerca do processo de elaboração dos Planos anteriores, mas que até o momento não há registro de participação social. Um agravante em relação à participação social neste processo de adequação pode ser percebido ao se observar que um dos Municípios indicou, ainda em novembro de 2014, que já havia construído seu documento-base, no entanto, o documento que institui a comissão representativa da sociedade só é publicado, com atraso, em janeiro de 2015.

Os demais 22 (vinte e dois) Municípios estão, pela primeira vez, elaborando seus PMEs, no processo deflagrado pelo MEC/SASE, ou seja, com o desafio de estabelecerem os objetivos comuns para a educação local. No entanto, com 9 (nove) meses após a determinação legal e a 3 (três) meses para que se finde o prazo, algumas realidades merecem atenção:

- 3 (três) Municípios só conseguiram, até o momento, instituir sua comissão representativa da sociedade, sem registro de que há movimentação em relação ao trabalho de elaboração de seus PMEs;

- 10 (dez) Municípios informaram ter finalizado o levantamento de dados para a elaboração do diagnóstico

- 7 (sete) Municípios declararam estar com o documento-base elaborado e que estão organizando suas conferências (uma das possibilidades para a consulta pública, segundo o MEC). No entanto, apenas 4 (quatro) possuem data marcada para esta etapa;

¹ A SASE estabelece um total máximo de 25 Municípios por AE.

² Regional de Colinas: Arapoema, Bandeirantes, Bernardo Sayão, Itapiratins, Juarina, Palmeirante, Pau D'arco e Tupiratins; Regional de Gurupi: Aliança, Alvorada, Araguaçu, Cariri, Crixás, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú, Palmeirópolis, Peixe, Sandolândia, São Salvador, São Valério da Natividade, Sucupira e Talismã.

- Apenas 2 (dois) Municípios realizaram suas conferências, um em janeiro e o outro em fevereiro.

Considerações

Neste contexto de elaboração de planos de educação pelos Municípios das Regionais de Colinas e Gurupi predomina a visão de administração municipal restrita às suas instituições escolares e ao tempo de sua gestão, sem relação ou articulação com metas nacionais comuns, com vistas à materialização do Sistema Nacional de Educação e com “ações de certa forma fragmentadas e focalizadas, com o planejamento como um exercício da análise de cenários, de previsão de tendências, de formulação de missões, sem rever as intencionalidades da educação, explicitando seus objetivos” (LAGARES, et al, 2014, p. 16). Assim, a análise do planejamento no campo da educação nos Municípios referidos indica, de certa forma, a construção intencional dos objetivos da educação e, também, um processo de construção do conhecimento para os sujeitos envolvidos. Intencional no sentido de que, independente da concepção de planejamento levada a cabo no processo, seja ela de abertura democrática ou não, escolhas e decisões estão sendo feitas e, construção do conhecimento tendo em vista que os grupos formados, sejam por meio das equipes técnicas e/ou comissões representativas da sociedade para organização e sistematização dos PMEs, permeiam em dinâmica pouco conhecida em âmbito municipal, favorecendo o aprendizado acerca do processo. Contudo, a ausência de prática de planejamento democrático associado a um processo costumeiro de deixar para ultima hora, pode possibilitar a construção de documentos que não representem a realidade local e que se pautem apenas pelo movimento de cumprir metas estabelecidas em âmbito federal.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**. Institui o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2014a. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15/01/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Educação (MEC/SASE). **O plano municipal de educação**: caderno de orientações. Brasília, 2014b. Disponível em pne.mec.gov.br. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei nº 8.035**. Institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Brasília, 2010. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coleção Ciências da Educação. Portugal: Editora Porto, 1994.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

LAGARES, Rosilene, et al. Os planos municipais de educação no Tocantins: arqueologia dos processos de construção e perspectivas de regime de colaboração e gestão democrática. **VIII Jornadas de Sociologia de la UNLP**. Universidad Nacional de La Plata Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación Departamento de Sociología. 3 a 5 de dezembro de 2014. 2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP: Rio de Janeiro**, Mar./Abr. 2006.

SÁ-Silva, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: www.rbhcs.com. Acesso em: 02/12/2014.

SOUZA, Donaldo Bello de; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Planos de educação no Brasil: projeções do sistema nacional de educação e suas variantes subnacionais. **Revista Educação Online**, n. 15, jan./abr. 2014, p. 174-194.